



SOBRE FANTASMAS E O PARAÍSO (PERDIDO) DOS HISTORIADORES: BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A ESPECTRALIDADE DO PASSADO E A HISTÓRIA DO PRESENTE

On Ghosts and The Historians' (Lost) Paradise: Brief Commentaries on
The Spectrality of the Past, and The History of The Present

Arthur Lima de Avila ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-7392-8593>

E-mail: arthurlavila@gmail.com

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de História, Porto Alegre
Rio Grande do Sul, Brasil.

DEBATE
TEMPORALIDADE, COLONIALIDADE, RACIALIDADE
TEMPORALITY, COLONIALITY, RACIALITY
TEMPORALIDAD, COLONIALIDAD, RACIALIDAD

RESUMO

O presente texto oferece alguns breves comentários teóricos sobre as noções de spectralidade do passado e história do presente, apontando, por meio de uma discussão crítica sobre o realismo ontológico hegemônico na historiografia disciplinada moderna e sua dependência de formas de temporalização, sincronização e representação históricas que não parecem mais tão convincentes diante da percepção de vários sujeitos subalternizados de que o tempo é acumulação, não passagem. A partir daí, o texto, ancorado em alguns exemplos historiográficos recentes, esboça a ideia de “dessincronização crítica” não só como uma alternativa ao realismo ontológico hegemônico, mas também como um reconhecimento teórico da inevitabilidade da representação no que concerne à escrita da história.

PALAVRAS-CHAVES

Spectralidade. História do presente. Realismo ontológico.

ABSTRACT

This paper offers a few brief theoretical commentaries about the notions of spectrality of the past and history of the present, pointing out, by means of a critical discussion about the ontological realism hegemonic in disciplined historiography and its dependence on forms of historical temporalizations, synchronizations and representations that do not seem convincing in the face of many subaltern subjects' perceptions that time is accumulation, not passage. From then on, the text, anchored on a few recent historiographical examples, outlines the idea of “critical desynchronization” not only as alternative to hegemonic ontological realism, but also as a theoretical recognition of the inevitability of representation as it concerns the writing of history.

KEYWORDS

Spectrality. History of the presente. Ontological realism.

PRÓLOGO

Como a maioria de seus colegas, John Washington era um historiador que acreditava que seu trabalho era simplesmente o de desterrar, por meio da intensa investigação arquivística e da crítica documental, verdades factuais que, encontráveis em *si mesmas*, seriam incorporadas ao nosso vasto catálogo moderno de informações sobre o passado. Epistemologicamente piedoso, Washington cria no que chamava de “Paraíso dos Historiadores”: “uma câmara firmemente fechada e removida das incertezas subjetivas dos mortais” (Bradley, 1981, p. 264) em que a *ânsia disciplinar por conhecimento* seria minimamente aplacada. A missão dos e das historiadoras seria resumida na tríade “pesquisar, escrever e conhecer” que, uma vez bem sucedida, seria capaz de *separar* o pretérito do presente. Mesmo um evento terrível como a escravidão norte-americana, seu tema de interesse profissional e pessoal, poderia ser tratado dessa maneira metodologicamente inofensiva e politicamente anódina. No entanto, durante sua jornada, Washington percebeu que tal distanciamento, embora assegurado pelos cânones de sua disciplina, era uma *ilusão*: o “poço sem fundo” do horror escravocrata *persistia* abismando a atualidade porque os espectros daqueles dias, que ainda perambulavam pelos bosques de sua Pensilvânia natal, clamavam menos por *ciência* do que por *justiça*. “As suas vozes ressoavam no vento” pois, “em algum lugar aqui conosco”, “os chicoteamentos, os estupros, os acorrentamentos, os linchamentos e os assassinatos” aos quais milhões foram submetidos, alguns dos quais eram ancestrais do próprio Washington, “continuavam a acontecer” (Bradley, 1981, p. 213). Eram, assim, *assombrações* a demandar atenção e reparação. Como, se perguntava o historiador, poderíamos relegar esses fantasmas a um tempo morto, se eles *nos exortavam* a fazer algo por eles, não nos seus dias, mas *nos nossos*?

Washington, claro, não é um historiador real, embora suas preocupações certamente sejam. Personagem principal de *The Chaneysville Incident*, célebre romance (histórico?) do escritor afro-americano David Bradley, publicado em 1981, Washington, negro como seu criador, articulava uma poderosa crítica aos pilares político-epistêmicos da historiografia disciplinada e sua (autoatribuída) missão de representar as coisas “como elas realmente aconteceram” (a *hybris* dissimulada em modéstia). Eles dependiam basicamente de uma política do tempo que, sob o pretexto da “objetividade” imprescindível à pesquisa, produzia um afastamento *pernicioso* e *ineficaz* entre o pretérito e o presente: pernicioso porque, ao consignar o passado a uma temporalidade ontologicamente encerrada, não admitia a possibilidade de que ele, parafraseando Ian Baucom (2008, p. 311), se *acumulava* no presente; e ineficaz porque apenas *reprimia*, sem sucesso, seus fantasmas. Declarações metodológicas a parte, eles se mantinham como uma presença-ausência perturbadora e insepulta. O “Paraíso do Historiadores” era uma crença vã. Ela até podia acalmar seus corações e mentes e oferecer conforto disfarçado de epistemologia, mas – e Washington o descobrirá ao longo do livro – nada além disso. O passado, muitas vezes, não cabia na história.

PARAÍSO PERDIDO E O RETORNO DOS FANTASMAS

O terror encontrado por Washington em seu périplo e sua estupefação diante da incapacidade da historiografia disciplinada em lidar com ele é o mesmo confrontado por Maria da Glória de Oliveira em seu belíssimo ensaio. Esse terror, que poderíamos chamar, à moda whiteana e marxiana, de um “fardo do passado” (White, 1994, p. 39-74) que continua a “oprimir o cérebro dos vivos” (Marx, 2011, p. 25), não é aleatório, uma exceção

ou um simples erro redimido pelo passar dos anos: ele é, retomando Eduardo Grüner (2012), *central* às formas hegemônicas tomadas pela modernidade global afora, essa modernidade “fraturada” cujos mortos e mortas, nas palavras do intelectual argentino, deixaram um rastro fantasmagórico atrás de si (Grüner, 2012, p. 63). Seus espectros “sempre voltam” (Derrida 1994, p. 11) para nos abismar, pois são “a memória insistente do injusto e do ilegítimo; a ferida aberta no universo simbólico da pólis por onde se esgueira o real de uma permanente ameaça do acontecimento histórico à ordem eterna e estática das coisas” (Grüner, 1997, p. 20). Ao contrário do que postulavam as ilusões modernas sobre a estabilidade e linearidade do tempo histórico, ele, contudo, era *desconjuntado*, *heterogêneo* e *múltiplo* (Derrida, 1994, p. 18) exatamente porque os fantasmas não cessavam de *regressar* com suas demandas, geralmente ignoradas pelos grupos dominantes, por justiça. E, a sua maneira, a historiografia disciplinada, uma tecnologia social de primeira importância, foi, lembra Michel de Certeau (2002), uma tentativa de *exorciza-los* para que o presente pudesse, enfim, dormir o sono dos justos ou, quando muito, anestesiarse pelo conhecimento histórico. O que fazer, contudo, quando esse repouso se torna *insuportável* justamente porque nos impede de sair de um pesadelo aparentemente infundável? Pode o conhecimento histórico ainda consolar os sujeitos com suas promessas ou, diante da reiteração imparável das catástrofes, acabou por se revelar, como pontua Oliveira (como é estranho chamar minha amiga Glória de “Oliveira”... protocolos acadêmicos, enfim), impotente (Oliveira, neste debate)? Não residiria aí, nessa disjunção entre uma promessa e seu não-cumprimento, uma das raízes desse enorme mal-estar contemporâneo em relação à história?

É nessas condições que o “realismo ontológico” (Kleinberg, 2017), o Paraíso dos Historiadores que sustentou epistemológica e ideologicamente a historiografia disciplinada desde suas origens nos Oitocentos faz água. A *doxa* disciplinar, claro, não necessariamente o reconhece: menos do que a crise generalizada apontada por teóricos e teóricas impertinentes, como esse comentarista, o problema seria apenas de “reorientação”. Basta mais um “giro”, mais uma “virada”, mais uma “adaptação aos desafios contemporâneos” e Clio restará contente e calma com sua normalidade retomada. Admitamos: a capacidade disciplinar, até agora, em se esquivar da falésia é admirável (não há nada que ela não possa incorporar aos seus repertórios). Daí que, como corretamente aponta Oliveira (2023, neste debate), nenhuma “crise ética ou epistemológica mais radical” pareça abalar a historiografia: contanto que seus procedimentos de representação, “inclusão” e seu comensalismo teórico se mantenham (relativamente) intactos, tudo seguirá bem em suas oficinas (com as habituais autocongratulações sobre o “trabalho do historiador” e a “função social da história”). O texto de Oliveira, porém, nos demonstra que, essa também é uma *ilusão*: nesse presente em que as calamidades continuam se acumulando a uma velocidade aterradora (podemos já antever o fim do mundo), o realismo ontológico tornou-se *insustentável* porque não consegue confrontar “os pretéritos múltiplos e polissêmicos que assombram nosso presente como uma visita intempestiva” (Oliveira, neste debate) e que, tal qual percebido por Washington em Chaneyville, ordenam menos sua representação “científica” do que uma resposta à pergunta sobre o *que fazer* com eles. Nos termos de Hayden White (2014a), eles ordenam, como argui em outro momento (Avila, 2018) uma passagem do *passado histórico* ao *passado prático*. Isso implica em uma crítica implacável do realismo ontológico e uma retomada da questão da representação enquanto uma reflexão “sobre os modos como as historiografias fabricam o campo de sujeitos dignos de reconhecimento e de representação mediante os enquadramentos da sincronização temporal”, como acertadamente conclui Oliveira (2023). Um novo acerto de contas com a *imaginação histórica* e suas políticas do tempo em circunstâncias sociopolíticas urgentes.

Passemos por elas, antes de retornarmos aos dilemas acerca da representação e das formas de temporalização privilegiadas pela historiografia disciplinada.

As disputas em torno do pretérito, e de como *nomear* seus espectros, adquiriu contornos dramáticos depois do (alegado) “fim da história”, como bem testemunhamos nas últimas décadas, quando a aliança profana entre o Estado-nação e o capitalismo, predicada, de acordo com Harry Harootunian (2015, p. 66), na eliminação de “reivindicações temporais alternativas” a ambos, colapsou.

Nessa experiência de “posteridade temporal”, onde os “ritmos existenciais entre passado, presente e futuro” (Scott, 2013, p. 6) foram descompassados, os “traços dos futuros passados pairam como os resquícios de uma cortina de véu sobre o que estranhamente parece um infundável presente estendido”, na frase de David Scott (2013, p. 6). Nesse ambiente de “imobilidade, dor e ruína” (Scott, 2013, p. 6), o passado converte-se tanto em “objeto de encantamento” (o que explica seu caráter de *commodity* preciosa nos dias de hoje) quanto em uma “ferida que não cura” (Scott, 2013, p. 13): em uma anástrofe do famoso *dictum* de Karl Marx (2011, p. 28), a “revolução social” contemporânea deseja “colher sua poesia” não do futuro, mas do pretérito – daí que, continua Scott (2013, p. 13-15), a necessidade de uma “acomodação com o passado”, por meio de uma “justiça reparatória” que toma o lugar do antigo “futuro de emancipação” que tanto animou aquela “universalidade insurgente” (Tompa, 2019) moderna. Para Scott (2013, p. 16), e concordo com ele, esses seriam, enfim, os “sintomas de uma crise maior do tempo e da experiência temporal”, cuja expressão também seria essa reavaliação do caráter espectral da própria história. Menos, todavia, do que um distúrbio patológico ou um desvio de uma temporalidade “normal” (linear e progressiva) que deve ser restituída ao seu devido lugar, essa enorme volta ao passado que vemos hodiernamente é a manifestação de um *anseio* (que, como todos anseios, pode ser exagerado e desfigurado) por reconhecimento e reparação em relação, no apontamento de Oliveira (2023) às “dívidas impagáveis” herdadas por nós. Não é de se estranhar que, nessa perspectiva, o enorme investimento político e afetivo em “histórias libertadoras” (Norton; Donnelly, 2018) e (in)disciplinadas (Avila; Nicolazzi; Turin, 2019): elas buscam dar conta dessa, quiçá impossível de satisfazer, pretensão.

Essa (nova?) sensibilidade histórica é igualmente movida pela impressão de que, para os sujeitos vencidos, racializados e subalternizados, o “tempo não passa, mas acumula” (Baucom 2008, p. 29) – algo francamente rejeitado pelas filosofias liberais-progressistas modernas e seu “devir naturalizado da história” (Menegat, 2023, p. 117). E, se existe essa acumulação, é porque aquilo que foi reprimido, denegado e recalcado insiste em reaparecer, nem sempre em formas facilmente identificáveis ou delineáveis. Não só isso, porém. O presente (ou, melhor, esse nosso capitalismo tardio neoliberalizado e fascistizado), assinala Baucom (2008, p. 23-24) em um eco de Derrida, *intensifica* o pretérito, que remanesce “não enquanto um resíduo sedimentado ou atenuado”, mas enquanto uma *repetição acentuada* que engendra, em síntese, uma “contemporaneidade não-sincrônica”. O tempo de agora, nessa visão, resulta *inquietante*: ele “é um momento de repetição, um momento em que o passado retorna expandido, um momento em que o presente encontra armazenado e acumulado dentro de si um conjunto não-sincrônico de tempos passados” (Baucom, 2008, p. 29). Nessa ótica, inexistente um “presente” soberano ou um “passado” isolado, fixo e captável pelo “método histórico correto”, como pretende o realismo ontológico disciplinar, porque ambos são *feitos, desfeitos e refeitos* em um processo que é, se recordarmos das lições de Michel-Rolph Trouillot (1995), *relacional* de ponta aponta. Se os fantasmas deambulam por aí, eles precisam, recorda Kleinberg (2017, p. 52), ser *convocados* a realizar a *perturbação crítica* que dissolve as auto certezas de um presente que se imagina livre de assombrações de qualquer tipo. É nessa brecha entre o

“experimentado” e suas representações que se abre o espaço para a *conjuração* dos espectros, pois, na constatação de Wendy Brown (2001, p. 150), nós não herdamos “o que realmente ocorreu aos mortos, mas o que vive desse acontecimento, o que é conjurado dele, [...], e como ele assombra, atormenta e inspira nossas imaginações”. Do solo movediço dessas dessincronizações e ressinchronizações (falhas, efêmeras, evanescentes), emerge a noção mesma de que o passado, tanto quanto o aqui-agora ou o porvir, é repleto de *possibilidades*.

Nesse processo, a artificialidade do Paraíso dos Historiadores é revelada sem muita misericórdia. Como intuiu Washington durante uma longa e aflitiva noite, a historiografia disciplinada, desnudada de suas seculares pretensões, assume uma intolerável suspeição, pois, se não há um passado *pronto* a nos esperar, se os fantasmas embaralham tudo, então o que resta para os historiadores e historiadoras? Devemos aceitar que a história “é um dinossauro pesado e estúpido” (Bradley, 1981, p. 262-263) que ruma para sua extinção inevitável? Admitir que sua “missão”, outrora tão habilmente cumprida, atingiu uma barreira (quase) intransponível, no pressentimento sagaz de Oliveira (2023, p. 5-6)? Reconhecer que chegamos a um “beco sem saída”, para citar a provocadora epígrafe do texto de Oliveira, porque os ditames de “inclusão” e “representação” usuais à historiografia disciplinada mostraram-se menos falsos do que estéreis? Fomos traídos por nossa própria piedade epistemológica, uma traição similar à que o “tempo infligiu à história” (Scott, 2013, p. 2)? Pode a história sobreviver à sua impotência? Ou, tais quais o Adão e Eva de Milton, devemos deixar o “nosso feliz lar de há pouco” (Milton, 2015, p. 877) que foi o Paraíso (agora perdido) dos Historiadores, para vagarem solitários por esse mundo imobilizado, dolorido e arruinado?

BECO SEM SAÍDA OU ÉTICA DA REPRESENTAÇÃO?

Nesse ponto, gostaria de marcar uma diferença das provocações feitas por Oliveira acerca do “beco sem saída da representação”, pois entendo que elas estão deslocadas. Para tanto, quero recuperar as ponderações de Saidiya Hartman (2007) a respeito da “ética da representação histórica” apresentadas em seu seminal “Vênus em Dois Atos” – que, aliás, a aproximam produtivamente das observações de Hayden White (1994, p. 137-152) acerca das “ficções da representação factual”. Deixemos, assim, o argumento explícito: no meu entendimento, o *cul-de-sac* contemporâneo não é o da representação: virtualmente impossível *não representar* o passado porque, embora seus traços e efeitos persistam como uma “presença-ausência” inquietante, ele só existe compreensível e cognitivamente como função de uma representação. Repitamos: a convocação do fantasma é *feita* pela historiadora – um gesto ativo, portanto. Hartman, nas suas reflexões, *leva a sério* a presença-ausência desses espectros. Sua Vênus nos interpela continuamente porque nos força a imaginar não só o que foi, mas o que *poderia ter sido*: o elusivo estado de liberdade que, não tendo ocorrido efetivamente no passado (Vênus, afinal de contas, não morreu livre), pode *vir a ser* no futuro porque é *figurado como tal* em uma representação que sabe que é exatamente isso: uma invenção (a “fabulação crítica” de que fala a autora) – controlada, é verdade, mas invenção do mesmo jeito.

A intelectual afro-americana assume, com sua sensibilidade política e poética *sui generis*, que não há um “para lá” da representação: a experiência, seja ela qual for, não pode ser restituída ou acessada em sua plenitude (ou *nem sequer* acessada), especialmente quando se trata de sujeitos racializados, generificados e subalternizados como Vênus, expulsos da “ficção fracassada” (Oliveira, 2023, p. 16) da humanidade pelas pretensões universalizantes e ideológicas da modernidade ocidental. Se há uma materialidade inegável por trás dessas figurações, ela subsiste como *algo fantasmagórico*

incapaz de ser “resgatado” por completo pelo “método histórico” extrativista. Ao procurar por Vênus, Hartman se deparou com um abismo idêntico ao de Washington: um poço sem fim de mortes que, convertidas em estatísticas e números brutos pela historiografia “objetiva”, não podem ser “redimidas” por uma estrutura de imaginação que, provavelmente inconscientemente, repete-o *pela e na* linguagem. A sua é uma contra-História” que visa *subverter* a lógica da operação historiográfica disciplinada ao trocar o “real” estritamente delimitado pelo (im)possível: “a tarefa de escrever o impossível [...] tem como pré-requisitos o acolhimento ao provável fracasso e a prontidão para aceitar o caráter contínuo, inacabado e provisório desse esforço, particularmente quando as disposições do poder ocluem o próprio objeto que desejamos resgatar” (Hartman, 2020, p. 33).¹ Novamente: a despeito dos anseios pela “presença do passado”, não há um *além* da representação recuperável pela historiadora. Não somos capazes de “resgatar a existência por meio de punhado de palavras” (Hartman 2007, p. 137), embora *devamos insistir nisso*. Em uma paráfrase de M. NourbeSe Philip (2008, p. 189), é porque essa história *não pode* ser contada que ela *precisa* ser contada.

Daí, para Hartman (e penso que, à sua maneira, Oliveira segue um rumo semelhante), a importância de uma *ética da representação* que, descontando o positivismo inconfesso da doxa, é tão crucial para nossos trabalhos quanto a responsabilidade empírica. Se o “escândalo e o excesso inundam o arquivo” fundado sobre “certezas mortas do terror”, cabe à historiadora tentar não “sujeitar os mortos a novos perigos e a uma segunda ordem de violência” (Hartman, 2022, p. 19-20) com suas palavras. O sonho de Hartman (2022, p. 21) é o de Washington: “liberar essas vidas das obscenas descrições que primeiro as apresentaram para nós”, para, ao escutar os “os berros, os gemidos, o sem sentido e a opacidade” (Hartman, 2022, p. 29) realizar uma (inalcançável?) justiça há muito postergada. Essa é uma história que rejeita o realismo ontológico não somente como uma meta irrealizável, mas como algo politicamente indesejável porque replica os processos que impediram o registro dos projetos contra-Históricos negros (e, adicionaria eu, dos sujeitos racializados e subalternizados em geral) como História, fazendo deles o impensável (Trouillot, 1995) e o ocluído (Gruber, 2012). Logo, o “beco sem saída” não é o da representação, mas o do *realismo ontológico*, pois, retomando a exposição de Ethan Kleinberg (2017, p. 70-71), ele recusa-se a admitir que nossa ordem espacial-temporal possa ser perturbada pelos “possíveis passados” (como o de Vênus) que esse ordenamento tornou “invisíveis” e “inelegíveis”. Por essa razão, a esse realismo ontológico claustrofóbico, podemos opor uma “história do presente”, concebida por Hartman (2022, p. 17) como a “luta para iluminar a intimidade da nossa experiência com as vidas dos mortos, para escrever nosso agora enquanto ele é interrompido por esse passado”. Desconjuntar o presente, fazendo dele um estranho: o “efeito-espectral” (Derrida, 1994, p. 48) que dissolve os limites temporais não só para “confessar a responsabilidade do agora com os estados de exceção pretéritos que o produziram” (Baucom, 2008, p. 318), mas também para antecipar um *estado diferente de coisas*.

¹ Stephanie Smallwood (2016, p. 128), em um diálogo crítico com “Vênus em Dois Atos”, resumiu bem a necessidade política dessa “contra-história”: “ela revela as estruturas de poder naturalizadas e tomadas como dadas que produzem as figuras subalternas enquanto tais”. Por isso, seu papel não é o de “revelar” “verdades ocultas” nos arquivos, por meio da metáfora da “recuperação”, mas de colocar em questão os termos que *estruturam* o que pode ou não pode ser considerado “verdadeiro” e “recuperado” em arquivos produzidos e organizados por lógicas de dominação que, se podem ser escrutinadas e jogadas umas contra outras, não podem ser desfeitas em definitivo pelos “métodos objetivos” da historiografia disciplinada. O problema é, assim, menos de “metodologia”, como querem os historiadores piedosos, e mais de uma ética da representação (e, adicionaria eu, da teorização), na colocação de Hartman.

Esse excursus pela obra de Hartman, um dos exemplos mais radicais de crítica às políticas de tempo e aos protocolos de representação disciplinarmente hegemônicos, demonstra que os dois *problemas perenes* da historiografia disciplinada estão intimamente conectados: só se pode produzir determinadas formas de temporalização alternativas por intermédio de determinadas representações. No resumo dado por Scott (2004, p. 32), “a relação historiográfica entre passado, presente e futuro é um problema narrativo”. Nesse sentido, a “dimensão performativa da produção do conhecimento” tão bem apontada por Oliveira (2023) não é necessariamente uma alternativa à representação, mas seu *corolário*, porque “transforma a própria coisa que interpreta (representa)” (Derrida, 1994, p. 63). Sob esse ângulo, a pergunta fundamental, e essa, acredito, é uma das que move o ensaio de Oliveira, passa a ser como evadir-se à velha escrita conquistadora da historiografia disciplinada e seu impulso, quase atávico, à sincronização temporal e, por conseguinte, à fabricação da “diferença histórica” (Oliveira, 2022, p. 10) que foi (é) uma de seus propósitos sociopolíticos candentes (e que tem sido recuperado perversamente pelas histórias reacionárias preferidas pela Nova Direita global). Talvez, enfim, toda a discussão, na história, ao redor do “giro decolonial/pós-colonial” (mais uma virada corretiva?) seja um debate renovado acerca dos limites da representação histórica, para rememorar um célebre título (Friedlander, 1992).²

HISTÓRIA DO PRESENTE E DESSINCRONIZAÇÃO CRÍTICA

Frente a isso, a indagação de Oliveira (2023, neste debate) sobre a “a eficácia das temporalizações da história em fabricar mais do que *descrições* realistas dos passados opressivos que assombram nosso presente” adquire uma resposta ambígua. Ela dependeria, em síntese, de uma questão anterior, que é exatamente aquela sobre *quais* temporalizações relacionadas a *quais* histórias. Se pensarmos na escrita conquistadora denunciada por De Certeau ou naquelas impelidas por (um justificável) anseio por “inclusão” que, por fé ou medo, não saem do Paraíso dos Historiadores, eu não hesitaria em responder negativamente: não obstante suas boas intenções, elas são ineficazes (às vezes até mesmo no plano descritivo...). Ineficazes, em parte, porque, voltando à argumentação de White (2014a, p. 99), falham em nos dar as “verdades que precisamos para viver sob condições de opressão, falta e necessidade” (o *estado de urgência*); suas metas são simplesmente “pesquisar, escrever e conhecer” (objetivos nobres, sem dúvidas, mas restritos), deixando “metodologicamente” o assombro de lado. Nos incisivos, e

² Já adianto, para deixar minha própria posição teórica manifesta, que creio que, na atual conjuntura, há uma inflação semântica acelerada do termo “decolonial” (basta mirar as redes sociais e os inúmeros dossiês a respeito do tema que estão aparecendo em revistas acadêmicas) que corre o risco de evacua-lo de sentido heurístico, de convertê-lo em uma posição moralista apriorística desprovida de rigor teórico e político e de estimular uma pequena indústria acadêmica que continua exotizando a “diferença colonial, ainda que positivamente, para fins de acumulação de capital simbólico. Além disso, no apontamento de Santiago Castro-Gómez (2019, p. 7-16; p. 236-263), um de seus epígonos e hoje distanciado de tal “virada”, existe o risco do giro decolonial se cambiar em uma “prédica moralizante” e “antimoderna” que, desprovida de um horizonte político maior, se resume a condenar *in toto* a “modernidade” e a incentivar “comunitarismos” nostálgicos quase niilistas em seus efeitos, além de fetichizar a “diferença” por si mesma como um valor positivo (o que faz dele presa fácil para uma razão neoliberal despolitizante). Para Castro-Gómez (2019, p. 11), e tendo a concordar com ele, isso levaria a um “êxodo epistêmico-político” equivalente à renúncia de qualquer tipo de projeto de transformação social coletivo em larga escala. A opção, claro, não é *recusar* o giro decolonial por completo, muito menos mistificá-lo como uma expressão de “identitarismos” nefários, mas ter o tipo de autocuidado teórico incessante expressado por Castro-Gómez. Ver também o prefácio de Luciana Ballestrin (2021) ao livro de Castro-Gómez, “A Pós-Colonialidade Explicada às Crianças”, que sintetiza muito bem esses impasses. Sobre o moralismo como o sintoma de um tempo de crise política interminável, ver Brown (2001, p. 18-44).

corretos, comentários de Walter Johnson (2011, p. 24-26), elas *reprimem* histórias *radicalmente dissidentes* por não conseguirem ver nada muito além de “inclusão”, em um plano temático que deixa inalterado os não-ditos disciplinares, e de “agência”, em um sentido “cripto-liberal” que reduz o labor político da historiografia à “recuperação da humanidade” e à “empatia” para com os vencidos. Pode ser, de fato, que a supressão da dissidência seja uma limitação insuperável da historiografia disciplinada, não por causa dos compromissos éticos-políticos de seus e suas praticantes, mas pela lógica intrínseca à disciplinarização que herdamos dos Oitocentos (nosso fantasma particular, digamos), onde o “sujeito soberano sobre-representado como um coletivo singular do humano” ainda dá “a régua e o compasso temporal” (Oliveira, 2023, neste debate) do nosso ofício.

O que parece se afirmar a partir daí, dessa necessária demolição teórica do realismo ontológico, é o imperativo de uma dessincronização crítica que só uma *história do presente* que leve a sério os fantasmas, ouvindo suas vozes no vento, pode fazer. Essa dessincronização, acentua Oliveira, não é a simples reparação do mesmo sob diferentes vestes (o que seria ahistórico e conservador), mas o reconhecimento de *fraturas*, como as abertas pela colonialidade e a racialidade, por onde se esgueiram as assombrações que desconjuntam a atualidade – o passado, retomando a citação anterior de Hartman, que *interrompe* o presente e cria “ressonâncias estranhas” (Smallwood, 2016, p. 132) nele.³ Não basta, todavia, desprevermos as longas estruturas de dominação e injustiça como se fossem dados passivos da realidade, capazes de serem expostos “objetivamente” por uma historiadora epistemologicamente piedosa (à sua maneira, e com todos os ganhos políticos e cognitivos que gerou, esse tem sido o comportamento da História Social hegemônica),⁴ como se nessa pretensa objetividade estivesse nossa “salvação política e histórica” (Brown, 2001, p. 141). Uma história do presente realiza seu labor crítico também ao *produzir pela representação* as gretas no espaço-tempo, tornando-as visíveis política e historiograficamente, e recombina multiplamente as relações entre o pretérito e os dias de hoje, sem tomar nenhum deles como um ponto ontologicamente fixo. Como escreve Oliveira (2023, p. 14), seguindo as considerações de Denise Ferreira da Silva, se as subjugações raciais e de gênero (e, adicionaria eu, de classe) operam por “reiteraões e por meio de padrões que se compõem e reaparecem em diferentes escalas”, então simplesmente identificar as “sequencialidades lógico-históricas” delas é insuficiente, pois

³ Aqui, é importante relembrar das considerações de Mark Fisher (2016, p. 11-13) sobre o “estranho” (*eerie*). Para o crítico cultural, o “estranho” diz respeito às “forças que governam a realidade mundana, mas que são obscurecidas”. O estranho opera, desta maneira, em um registro similar ao da espectralidade, pois nos faz escapar do “confinamento daquilo que é comumente tomado como realidade”, ou seja, torna o presente estranho a si mesmo. A “ressonância estranha” entre os séculos XXI e XVII apontada por Smallwood é resultante dessa percepção de que nosso tempo não é o que diz ser.

⁴ A intenção aqui não é atacar à História Social, pois, à sua maneira, ela foi fundamental para a expansão de concepções democratizantes de história, a maior politização do passado nas sociedades contemporâneas e a ampliação do campo temático da historiografia disciplinada. No entanto, é necessário aqui recordar dos debates teóricos das décadas de 1980 e 1990 sobre o infame “pós-modernismo” e (mais infame ainda) o “giro linguístico”, a História Social hegemônica não chegou a romper, porque nem era seu intento, com o realismo ontológico e o empirismo de senso comum (recordemos de Ciro Flamarion Cardoso ou de certo marxismo thompsoniano recorrente nessas plagas) que eram bastante refratários ao tipo de reflexão metahistórica realizada por Hartman ou por Oliveira, por exemplo, porque a considerava impertinente para o labor historiográfico “apropriado”. O importante era, para citar um grande nome da historiografia brasileira, “fazer pesquisa histórica e tornar conhecidas as verdades que (os e as historiadoras) escavam nos arquivos” (Chalhoub, 2009, p. 225), nos moldes exigidos pela fé no Paraíso dos Historiadores. Como Rafael Marquese (2013) aduziu para a história da escravidão, esse tipo de postura acabou esvaziando teórica e politicamente o capitalismo brasileiro e as formas pelas quais ele continua *assombrado* (termo meu) pelos espectros de nosso escravismo. Finalmente, recomendo as críticas, mordazes, porém certeiras, de Durval M. de Albuquerque Jr. (2006; 2007) à História Social em sua versão hegemônica.

essa identificação ainda se daria no registro do realismo ontológico e do devir naturalizado da história: o ontem parindo o hoje continuamente.

O exemplo das imbricações entre “liberdade” e “escravidão” nos Estados Unidos é ilustrativo dessas reiteraões, que, se não são repetições puras, perturbam significativamente o progresso da “marcha mítica” (Johnson, 2007) da democracia fulcral à “imaginação liberal” norte-americana. Nela, o cativo é uma era encerrada da história nacional: lamentável, mas felizmente resolvida pelo movimento da própria história – a Emancipação seria a culminação óbvia dela (estaria inscrita nos fluxos do processo histórico). Não há acumulação, porque o tempo passou: o terror racial subsequente à Abolição e o “estado de urgência” (Hartman, 2007) das comunidades negras são, nessa ótica, desvios de rumo, anacronismos ou patologias sociais que não se enquadram plenamente no “experimento de liberdade” que seria a nação. Nas constatações precisas de Walter Johnson (2011) e Lisa Lowe (2015), essa representação é embasada não só por uma política de tempo normativa e homogênea, mas igualmente por uma concepção do sujeito escravizado para quem o maior horror teria sido a negação de seus direitos individuais básicos; uma vez emancipados, os libertos, apesar das suas tribulações posteriores, poderiam finalmente ser integrados soberanamente à democracia liberal e ao mundo do “trabalho livre”. Com a humanidade dos e das escravizadas “recuperada”, seja pela Emancipação formal ou pela pesquisa histórica posterior, que confirma a linguagem liberal e a política de tempo progressista da República, os dois séculos de servidão poderiam ser consignados a um passado triste e violento, mas comodamente encerrado (Lowe, 2015, p. 85-87). Nesse ponto, afirmou Lowe (2015, p. 97), “a história e a epistemologia liberais trabalham para ofuscar as conexões” entre liberdade e escravidão mediante uma “economia de afirmação e esquecimento” (Lowe, 2015, p. 98) que transmuta imbricações em oposições e acumulações em progressões. Esse é um mundo em que a espectralidade com a qual Washington se deparou na Pensilvânia é mero delírio.

Ora, o que as obras de Hartman, Johnson, Edward Baptist e Lowe, além de iniciativas multidisciplinares como o *1619 Project* do *New York Times*, vêm evidenciando é que o ilusionismo é, em realidade, o da imaginação liberal, pois, recalca as “articulações ambivalentes” entre escravismo e liberdade que engendraram a “sobrecarregada individualidade” dessa última (Hartman, 2023, p. 204). Elas, contudo, não se contentam em demonstrar a materialidade dos duradouros legados de opressão, racialização e subalternização, mas *convocam seus espectros à vista*, evidenciando o quanto o presente neoliberal reitera e atualiza etapas supostamente antecedentes, empilhando-as, o escrevamos à moda de Benjamin, em uma série de catástrofes renovadas. Das sevícias das *plantations* ao assassinato de George Floyd, Trayvon Martin e inúmeros outros e outras; da servidão que fazia propriedades das pessoas às “concepções proprietárias do *self*” (Hartman, 2023, p. 201); e do terror racial de Jim Crow à criminalização das existências negras acelerada pela convergência reacionária encarnada no trumpismo, há apenas uma *acumulação* que, quando percebida enquanto tal pelo trabalho crítico, dessincroniza o presente. Por esse olhar, “a distância entre o passado e o presente, entre a escravidão e o neoliberalismo do século XXI, parece realmente curta” (Baptist, 2016, p. 410) porque o acúmulo fez com que a “história dobrasse sobre si mesma” (Baptist, 2016, p. 410). É essa percepção de uma *dobra* subjacente à “nova normalidade do capital global” (Oliveira, neste debate), por onde adentram os espectros que são a ferida aberta da pólis, que realiza a dessincronização e faz dessa história uma história de um presente que nunca é idêntico a si mesmo. A *saliência* da atualidade, na observação de Scott (2004, p. 41), é remodelada, provisória e precariamente, por esse labor, que é duplamente político e historiográfico,

porque “as palavras fazem algo acontecer” (Derrida, 1994, p. 50): fazem com que a *espectralidade* antes denegada seja minimamente perceptível.⁵

Como pode ser visto, e aqui vou encaminhando esse comentário para seu término, essas histórias do presente são resultantes de *uma eleição*, que é sempre inevitável, de certa representação historiográfica em detrimento de outras – e dessas representações podem surgir formas de temporalização que escapam aos ditames conquistadores da *doxa* disciplinar. Nelas, o importante não é a postulação de uma verdade absoluta, capaz de transcender, como querem os crentes no Paraíso dos Historiadores, o espaço e o tempo, mas de uma que seja *adequada* aos nossos dias (algo inapelavelmente “relativista” aos olhos dos historiadores piedosos): “o valor crítico deve ser julgado [...] em relação à sua habilidade de atender uma demanda no presente” (Scott, 2004, p. 168). O desafio que se colocam é “menos a ressurreição do passado do que o redirecionamento do futuro” (Scott, 2004, p. 49) por meio de uma tentativa resposta à indagação sobre o “o que pode ser feito” frente às situações que herdamos, seus fantasmas e assombrações, porque o espectro, na constatação de Derrida (1994, p. 123), também pode ser o testemunho de um porvir, não enquanto uma predeterminação do que *será*, mas como a lembrança de uma possibilidade. Na afirmação de Hartman (2007, p. 100), “o que recordamos tem tanto a ver com as coisas terríveis que queremos evitar quanto com a boa vida pela qual ansiamos”. É por esse motivo, fala a historiadora, que “as heranças são tanto *escolhidas* quanto *passadas adiante*. O passado depende menos ‘do antes acontecido’ do que dos desejos e descontentamentos do presente” (grifos meus, Hartman, 2007, p. 100) – ele decorre, em suma, da ânsia em escapar à *vida lesada* que se repete sob novas e fantasmagóricas formas no capitalismo tardio; *de interrompê-la*, enfim.

EPÍLOGO

Talvez, frente às ponderações que Oliveira faz em seu ensaio, essa seja, admito, uma deriva excessivamente humanista, rescindindo a um existencialismo ultrapassado e fora de lugar em uma ocasião onde a capacidade humana em fazer história é posta em dúvida. No entanto, creio, não existem muitas outras saídas possíveis: a “utilidade política” e a “necessidade ética”, de acordo com Hartman (2023, p. 18), das nossas “ficções históricas” (nossas histórias do presente), ainda são por deveras prementes para que abramos mão delas no *exato momento* que nossos inimigos estão a redescobri-las para seus fins perversos. Se tais ficções históricas não são suficientes, em si mesmas, para saciar essa “busca quixotesca por um sujeito capaz de ação histórica” (Hartman, 2023, p. 18), a esperança por transformação social seria ainda mais vácuca sem ela e as figuras do humano que, redescritas criticamente e não limitadas pelas pretensões universalizantes e cripto-liberais hegemônicas na modernidade, pode ajudar a reconstruir (não era o sonho de Fanon a criação de um outro humano *realmente* humano?). E isso passa, o digo novamente, por uma inevitável “obrigação de escolher” (White 2014b, p. 35) as representações que precisamos para dar sentido e face aos fantasmas. Optar é confrontar o espectro, é reconhecer a acumulação para muitos invisível, é saber que essa eleição possui consequências inescapáveis e é abrir um espaço, apesar de frágil e instável, por

⁵ Isso, creio, não é algo novo. Pode-se argumentar que, as seus modos e em seus contextos de produção mais imediatos, as obras já canônicas de W.E.B Dubois (*Black Reconstruction*), C.L.R James (*Os Jacobinos Negros*) e Eric Williams (*Capitalismo e Escravidão*), para ficarmos com três exemplos conhecidos, fizeram exatamente isso: dessincronizaram criticamente seus presentes de si mesmos, demonstrando não só que a escravização de milhões fora central à expansão capitalista pelo globo, mas que *continuava* subsistindo (fantasmagoricamente, diríamos) nas relações de trabalho, nos processos de racialização/subalternização e na violência racial explícita observadas no “mundo livre”.

onde pode se começar a pensar em justiça porque o “que começou não terminou, mas perdura” (Baucom, 2008, p. 333) – é essa *perduração* que explode os muros do Paraíso dos Historiadores e que minha amiga Glória (deixemos de lado os protocolos acadêmicos nessas linhas finais!) brilhantemente nos impele a acarear, custe o que custar. Ela sabe que há muito em jogo e que é chegada a hora de ousar o curso, como também fez Washington ao final de seu caminho. Pois, se perdemos o Paraíso, temos um mundo que está aí, bem à nossa frente, a ser ganho “mão a mão com pés tímidos e errantes” (Milton, 2015, p. 877). Basta ouvirmos as vozes que cantam, gritam, sussurram ao vento. Basta?

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr., Durval M. de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.
- ALBUQUERQUE Jr., Durval M. de. O historiador naif e a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel L. S. (org.) *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 192-215.
- AVILA, Arthur L. de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018.
- AVILA, Arthur L. de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (orgs.) *A História (In)Disciplinada*. Serra: Milfontes, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. Prefácio. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *A Pós-Colonialidade Explicada às Crianças*. Belo Horizonte: Letramento, 2021. p. 7-12.
- BAPTIST, Edward. *The Half has Never been Told: slavery and the making of American capitalism*. New York: Basic Books, 2014.
- BAUCOM, Ian. *Specters of the Atlantic: finance capital, slavery, and the philosophy of history*. Durham: Duke University Press, 2008.
- BRADLEY, David. *The Chaneysville Incident*. New York: Harper Perennial, 1981.
- BROWN, Wendy. *Politics Out of History*. New York: Columbia University Press, 2001.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *El Tonto y Los Canallas: notas para un republicanismo transmoderno*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2019.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. História social do trabalho, história pública. *Perseu: história, memória e política*, n. 4, p. 219-228, 2009.
- DERRIDA, Jacques. *Specters of Marx*. London: Routledge, 1994.
- FISHER, Mark. *The Weird and the Eerie*. London: Repeater, 2016.
- FRIEDLANDER, Saul. *Probing the Limits of Representation*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

GRÜNER, Eduardo. *La Oscuridad y las Luces: capitalismo, cultura y revolución*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

GRÜNER, Eduardo. *Las Formas de la Espada: miserias de la teoría política de la violencia*. Buenos Aires: Colihue, 1997.

HAROOTUNIAN, Harry. *Marx After Marx: history and time in the expansion of capitalism*. New York: Columbia University Press, 2015.

HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: terror, slavery, and self-making in nineteenth-century America*. New York: W. W. Norton, 2022.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 3, 2020.

HARTMAN, Saidiya. *Lose your Mother: a journey along the Atlantic slave route*. New York: FSG, 2007.

JOHNSON, Walter. Slavery, reparations and the mythic march of freedom. *Raritan*, v. 27, n. 2, p. 41-67, March 2007.

JOHNSON, Walter. Agency: a ghost story. In: FOLLETT, Richard; FONER, Eric; JOHNSON, Walter (orgs.) *Slavery's Ghost: the problem of freedom in the Age of Emancipation*. Baltimore: JHU Press, 2011.

KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Stanford: Stanford University Press, 2017.

LOWE, Lisa. History hesitant. *Social Text*, v. 33, n. 125, p. 85-107, 2015.

MARQUESE, Rafael B. de. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História São Paulo*, n. 169, p. 223-253, jul./dez. 2013.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MENEGAT, Marildo. Posfácio. In: ARANTES, Paulo E. *A Fratura Brasileira do Mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização*. São Paulo: Editora 34, 2023.

MILTON, John. *Paraíso Perdido*. São Paulo: Editora 34, 2015.

NORTON, Claire; DONNELLY, Mark. *Liberating Histories*. London: Routledge, 2018.

OLIVEIRA, Maria da G. de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo, *Esboços*, v. 30, n. 55, p. 310-325, 2023.

PHILIP, M. NourbeSe. *Zong!* Middletown: Wesleyan University Press, 2008.

SCOTT, David. *Omens of Adversity: tragedy, time, memory, justice*. Durham: Duke University Press, 2013.

SCOTT, David. *Conscripts of Modernity: the tragedy of Colonial Enlightenment*. Durham: Duke University Press, 2004.

SMALLWOOD, Stephanie. The politics of the archive and history's accountability to the enslaved. *History of the Present*, v. 6, n. 2, p. 117-132, 2016.

TOMBA, Massimiliano. *Insurgent Universality: an alternative legacy of modernity*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the Past: power and the production of history*. New York: Basic Books, 1995.

WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. 40th anniversary edition. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2014.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Arthur Lima de Avila: Doutor, Professor Associado II, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de História, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Inserir endereço completo, com CEP.

ORIGEM DO ARTIGO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Arthur Lima de Avila.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.



LICENÇA DE USO

© Arthur Lima de Avila. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fabio Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2023

Aprovado em: 24 de novembro de 2023

Como citar: AVILA, Arthur L. de. Sobre fantasmas e o paraíso (perdido) dos historiadores: breves comentários sobre espectralidade do passado e a história do presente. *Esboços*, Florianópolis, v. 30, n. 55, p. 369-383, 2023.

